



Parecer **APROVADO** pelo Exmo. Sr.  
Procurador-Geral do DF, em 21/07/2014 e  
pelo Exmo. Sr. Governador do DF, em

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

**DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

**PROCURADORIA DE PESSOAL**



Parecer n. 227 /2013-PROPES/PGDF

Folha: Nº	<u>20</u>
Processo Nº	<u>060.008.756/2013</u>
Rubrica	<u>M</u> Matrícula <u>34521-0</u>

**Processo nº:** 060.008.756/2013

**Interessados:** WELLINGTON LUIZ ROMÃO

**Assunto:** Pagamento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação a contratados temporários

Direito administrativo. Não se encontram, no rol de direitos exaustivamente previsto na lei de regência, o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte, motivo por que a lacuna não pode ser resolvida pela aplicação do regime jurídico dos estatutários, nem pela pretensão de incidência da disciplina da novel Lei Complementar distrital n. 840/2011 (que trata de servidores efetivos e comissionados) aos temporários.

**Senhor(a) Procurador(a)-Chefe da Procuradoria de Pessoal,**

1. Cuida-se de consulta sobre o pagamento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte a contratado temporário, em face da dúvida decorrente do advento da Lei Complementar distrital n. 840/2011, em cotejo com a Lei distrital n. 4.266/2008.

2. É, em breve síntese, o relatório.



**DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DE PESSOAL**



Folha Nº	21
Processo Nº	060.008.756/2013
Rubrica	M
Matricula	345210

## II. Fundamentação

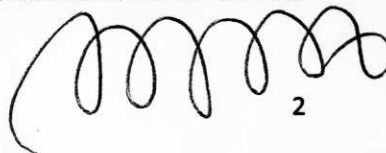
3. O regime jurídico dos contratados temporários para atender excepcional interesse público e necessidade administrativa, que é de direito administrativo e da competência legiferante de cada entidade federada para recrutamento de seu próprio pessoal<sup>1</sup>, não celetista, é regrado na Lei distrital n. 4.266/2008, a qual ventila:

“Art. 11. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei o disposto nos arts. 53 e 54; 57 a 59; 67 a 80; 97; 104 a 109; 110, I, in fine, e II, parágrafo único; 111 a 115; 116, I a V, a e c, VI a XII, e parágrafo único; 117, I a VI e IX a XVIII; 118 a 126; 127, I, II e III; 128 a 132, I a VII e IX a XIII; 136 a 142, I, primeira parte, II, III, e §§ 1º a 4º; 236; 238 a 242, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Parágrafo único. Aplica-se também ao pessoal contratado nos termos desta Lei o disposto na Lei distrital nº 3.279, de 31 de dezembro de 2003.”

4. Não se encontram, no rol de direitos exaustivamente previsto no art. 11, *caput*, da lei de regência, o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte, motivo por que a lacuna não pode ser

<sup>1</sup> Cabe ponderar, obviamente, que a legislação federal de contratação temporária para a Administração Pública da União não se aplica no âmbito do Distrito Federal, em face da autonomia político-administrativa de cada ente federado para instituir as regras de regime estatutário na medida, como aliás consigna o professor José dos Santos Carvalho Filho<sup>1</sup>: “Como se trata de recrutamento que pode traduzir interesse para algumas pessoas federativas e a desinteresse para outras, deve entender-se que a lei reguladora deverá ser a da pessoa federativa que pretender a inclusão dessa categoria de servidores. Significa, pois, que nenhum ente federativo poderá valer-se da lei reguladora editada por outro.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 21 ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 574.)

  
2



DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA DE PESSOAL



Folha Nº	22
Processo Nº	060.008.756/2013
Rubrica	M
Matricula	345210

resolvida pela aplicação do regime jurídico dos estatutários, nem pela pretensão de incidência da disciplina da novel Lei Complementar distrital n. 840/2011 (que trata de servidores efetivos e comissionados) aos temporários.

### Conclusão

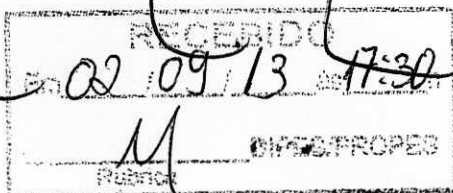
Por todo o exposto, o parecer é no sentido de que a Não se encontram, no rol de direitos exaustivamente previsto na lei de regência, o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte, motivo por que a lacuna não pode ser resolvida pela aplicação do regime jurídico dos estatutários, nem pela pretensão de incidência da disciplina da novel Lei Complementar distrital n. 840/2011 (que trata de servidores efetivos e comissionados) aos temporários.

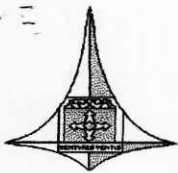
É o parecer, salvo melhor juízo.

À superior consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 2 de setembro de 2013.

  
**ANTONIO CARLOS ALENCAR CARVALHO**  
Procurador do Distrito Federal





**DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA DE PESSOAL**

**GDF**

**Processo nº: 0060-008756/2013**

**Interessado: Wellington Luiz Romão**

**Assunto: Pagamento de auxílio-alimentação**

FL N° 23
PROC.: 060 008 756/2013
RUB.: <u>LA</u> MAT.: 39.328-2

**Senhora Procuradora-Geral do Distrito Federal,**

Trata-se de consulta encaminhada pela Secretaria de Estado da Saúde, acerca da existência do direito ao auxílio-alimentação e ao auxílio-transporte, na relação dos benefícios devidos aos contratados temporariamente.

02. O ilustre Procurador manifestou-se no sentido de que o art. 11 da Lei nº 4.266/08 não prevê expressamente o pagamento dos referidos auxílios, razão pela qual, em face do princípio da legalidade, tais benefícios não integram o contrato de trabalho desses empregados temporários.

03. Com efeito, o referido dispositivo fixa o catálogo de direitos estendidos aos empregados temporários, fazendo referência a diversos dispositivos da revogada Lei nº 8.112/90, cujas remissões são consideradas feitas aos artigos correspondentes do novo estatuto dos servidores públicos (LC 840/11), por força do seu art. 290.

04. Ainda que tais benefícios tenham natureza indenizatória, não há lei no Distrito Federal prevendo a concessão dessas vantagens aos empregados temporários, muito menos fixando o valor da despesa. Assim, não sendo possível a criação de despesa sem previsão legal, não é possível a

1





DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL



PROCESSO Nº: 060.008.756/2013  
INTERESSADA: Wellington Luiz Romão  
ASSUNTO: Pagamento de Auxílio-Alimentação.

**APROVO O PARECER Nº 0227/2013 –**  
**PROPES/PGDF**, exarado pelo ilustre Procurador do Distrito Federal Antonio Carlos Alencar Carvalho, bem como a cota de fls. 23/24, subscrita pelo eminente Procurador do Distrito Federal Marcos Euclésio Leal, no uso da delegação de competência prevista no artigo 1º da Portaria nº 36, de 29 de junho de 2012.

Recomendo, por oportuno, a adequação da cláusula sexta da minuta padrão de contrato por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (fl. 3), uma vez que o regime aplicável à espécie é a Lei 4.266/2008.

Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para conhecimento e providências pertinentes.

Em 21 / 07 /2014.

Folha nº	25
Processo nº	060008756/2013
Rubrica	Ilma Matr. 43.182-6

  
**KARLA APARECIDA DE SOUZA MOTTA**  
Procuradora-Geral Adjunta do Distrito Federal